

Mulheres da Floresta: outras tantas histórias

Cristina Scheibe Wolff*

Resumo: Neste artigo conto em primeira pessoa a trajetória da pesquisa que deu origem ao livro *Mulheres da Floresta: uma história* (São Paulo: Hucitec, 1999) sobre a história das mulheres na região do Alto Juruá, Acre, no período de 1890 a 1945. A pesquisa utilizou fontes orais, processos judiciais, relatos de viajantes e outros documentos para mostrar a existência de mulheres na região e sua importância no processo de constituição dos seringueiros como uma população tradicional.

Palavras chaves: Mulheres; gênero; Amazônia; seringueiros.

Abstract: In this article I tell in first person the research path of the book *Mulheres da Floresta: uma história* (São Paulo: Hucitec, 1999) about women's history in the region of Alto Juruá, Acre, Brazil, between 1890 and 1945. The research used oral sources, judicial processes, traveler's reports and other documents to show the existence of women in the region and their importance in the process of constitution of "seringueiros" (rubber tappers) as a traditional population.

Key words: Women; gender; Amazonia; rubber tappers.

Em 1999 foi publicado meu livro *Histórias da Floresta: uma história. Alto Juruá, AC, 1890-1990*, pela editora Hucitec, como resultado de minha tese de doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, orientado pela Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias.¹ Desde então muitas vezes tenho falado sobre o livro e sobre a pesquisa, e a primeira pergunta que sempre me fazem é porque eu, nascida e criada em Florianópolis, no Sul do Brasil, resolvi pesquisar a vida e as histórias das mulheres na Amazônia. Esse artigo nasceu então de muitas perguntas, e conta uma história dentre muitas sobre a pesquisa, sobre a vida na floresta, sobre a interação entre historiadora e sujeitos da história, sobre uma perspectiva etnográfica da história.

Recentemente vi um vídeo de uma palestra no Youtube, mandado por uma amiga para uma lista de e-mails, que me impressionou muito. É uma fala da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, intitulada “O perigo de uma única história”² em que ela conta sua trajetória de menina africana de classe média que se tornou escritora, e foi estudar nos Estados Unidos, entre outras coisas. Ela fala do perigo que é sabermos de uma única história sobre um lugar, ou um grupo de pessoas. Quando ela chegou aos Estados Unidos, por exemplo, a colega de quarto dela tinha muita pena dela e também se surpreendeu porque ela falava um excelente inglês: como ela explica, esta colega sabia apenas uma história sobre a África, uma história de catástrofe, pobreza e pouco acesso aos bens culturais ocidentais. Ela nem sabia que na Nigéria, um dos idiomas oficiais é o inglês. Da mesma forma sobre as populações da Amazônia, muitas vezes ainda conta-se apenas uma história que dependendo do narrador assume contornos que podem variar. Durante um tempo o personagem principal desta história foi o seringueiro, explorado pelo patrão, preso a uma rede de crédito e violência. Em outro tempo, os indígenas, que estariam desaparecendo. Depois indígenas e seringueiros viraram, para uns, obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento da Amazônia – eles não desapareceram, e para outros, heróis da resistência ao desmatamento. Mas sabemos que a Amazônia tem muitas histórias para contar, com personagens diversos e inesperados pelo discurso que vê esta região tão imensa como quem vê do avião: um mar de árvores verdes e altas, cortado por rios que vão fazendo suas curvas. Esta imagem de “Globo Repórter” exclui da floresta a sua gente, mulheres e

homens de todas as cores e etnias, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, e excluem também as cidades, as fazendas, as regiões agrícolas, e toda a sua população.

Confesso que no início eu também fui culpada da fábula da história única. Eu tinha duas imagens sobre a história da Amazônia: uma imagem difusa, construída em aulas de história sobre o Boom da Borracha, e livros do Márcio de Souza,³ e outra ligada à história de Chico Mendes e as longas conversas com Carlos Walter Porto Gonçalves, geógrafo e amigo, suas palestras e aulas no curso de pós-graduação em geografia da UFSC que eu ouvia e participava de uma forma não oficial, como esposa de aluno e filha de professor. Eu estava fazendo doutorado na USP e meu projeto inicial era o de trabalhar com percepções do meio ambiente no contexto da imigração alemã de Santa Catarina. Entre as disciplinas que eram oferecidas naquele primeiro semestre de 1994 estava lá “Sociedade e Meio Ambiente”, pela Professora Manuela Carneiro da Cunha, no Programa de Antropologia. Achei que seria perfeito, e foi. Ao final do curso o projeto coordenado por ela e por Mauro W. B. de Almeida e Keith Brown da Unicamp, na Reserva Extrativista do Alto Juruá, estava recrutando pesquisadores para ficarem um ano na reserva fazendo uma espécie de ponte entre a equipe da pesquisa e a população da reserva.⁴ Meu marido agrônomo/geógrafo se interessou muito pela proposta, e ela me daria as condições para realizar minha própria pesquisa na região.

Para começar, passei a ler tudo o que encontrava nas Bibliotecas da USP sobre a história da região que permitisse configurar um projeto de pesquisa. Conversei também com alguns pesquisadores. Lembro especialmente de Gerson Albuquerque, da Universidade Federal do Acre, que me deixou xerocar milhares de páginas de seus preciosos livros. E de Edilene Lima, antropóloga, que me deu muitas referências também. A Professora Manuela Carneiro da Cunha me deixou consultar seu acervo particular e minha orientadora, Profa. Maria Odila L. da Silva Dias, com sua paciência ilimitada aceitou a mudança de projeto e sempre me apoiou. Meu novo projeto seria sobre a história das mulheres, um tema que eu já havia percorrido no mestrado, mas sobre a história das mulheres na região do Alto Juruá, Acre, uma região marcada pela exploração da borracha nativa.

Mas havia um problema sério. Na bibliografia que fui lendo comecei a perceber não somente a quase inexistência de nomes e figuras de mulheres como também a constante reafirmação de que durante o Boom da borracha, no Acre e nas regiões dos altos rios amazônicos, “não havia mulheres”, que eram muito poucas, era uma sociedade de homens, e machos. Isso inclusive acentuava a idéia recorrente de que os seringueiros, migrantes nordestinos, bem como os seringalistas ou patrões, estes últimos mais ainda por serem pioneiros, eram todos corajosos, bravos, ou seja, acentuava a idéia de que para “penetrar na floresta virgem”, tinha que ser homem, cabra macho sim senhor... Como fazer uma pesquisa sobre mulheres que “não existiam”?

É claro que não acreditei que não existiam. Até porque no mínimo haveria as mulheres indígenas. E como aquela sociedade teria se reproduzido sem mulheres? Embora a migração fosse grande, não era o suficiente. Meu projeto foi se construindo sobre esta idéia de dar visibilidade a essas mulheres ocultas na historiografia, nas histórias contadas, na própria literatura regional. Aos poucos fui vendo que mulheres eram essas que não existiam! Existiam índias, existiam prostitutas, algumas mulheres de patrões, histórias de mulheres compradas e vendidas, crimes passionais, piadas. Na literatura regional, nos relatos de viagem, comecei a descobrir uma diversidade de mulheres.

Como Joan Scott nos alerta, esse projeto de “dar visibilidade” é um projeto complicado.⁵ Ele parte da idéia de um sujeito pré-existente, ou seja, a minha idéia era a de que as mulheres existem, e pronto, bastaria mostrá-las. E de certa forma foi isso que fiz na pesquisa. Mas primeiro foi necessário refazer o percurso desse sujeito mulher, desconstruindo o discurso da historiografia. Talvez tenha se tratado mais de construir historiograficamente um novo sujeito para a história do Acre e da Amazônia.

Seguindo o padrão etnocêntrico e colonialista predominante na historiografia brasileira do início do século XX, os livros de história do Acre em especial e da Amazônia em geral faziam como os viajantes dos séculos XVIII e XIX que não viam as mulheres afrodescendentes e indígenas nas ruas do Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais. Como mostrou Miriam Moreira Leite, só as brancas eram consideradas “mulheres”.⁶ Como estas mulheres não costumavam andar pelas ruas, a não ser de forma camuflada e velada, os viajantes geralmente afirmavam

que no Brasil, as mulheres não andavam pelas ruas.⁷ Da mesma forma acontecia com as mulheres indígenas que não eram contadas como população nos censos – e, aliás, nem os homens indígenas também não eram contados – nos seringais do Alto Juruá. E algo me diz que isso também ocorria nas outras regiões da Amazônia. As prostitutas, lavadeiras e mulheres pobres em geral, que em sua maioria também muitas vezes descendiam de africanos e/ou indígenas, que viviam nas cidades da Amazônia, como Cruzeiro do Sul, no Acre, também não constituíam o que esta historiografia denominava “mulher”. Então a operação historiográfica que fiz neste livro, seguindo o que se vinha fazendo em outros lugares através da História das Mulheres, foi a construção de um novo sujeito mulheres, sempre no plural para mostrar que havia diversidade.

No livro, também já usava a categoria gênero. Não em uma perspectiva radical, mas com os limites que Linda Nicholson aponta em seu texto “Interpretando o Gênero”,⁸ ou seja, através desta categoria eu negava o determinismo biológico sobre o destino das mulheres – e homens – e invocava a cultura e a história para a compreensão da construção deste sujeito.

Lançado o desafio do projeto, restava estabelecer as fontes de pesquisa. Na história das mulheres, a gente se acostuma a fazer pesquisa como se faz uma investigação policial. É um pouco como investigar aquilo que ninguém quer deixar para o futuro, as pistas que muitas vezes foram encobertas, às vezes queimadas, ou ainda nem mesmo produzidas. É claro, se não eram sujeitos, como estas mulheres poderiam ter deixado crônicas, relatos completos, narrativas de sua atuação? Seria como um assassino que deixasse um relato sobre seu crime para ser lido.

Comecei pelo que era mais fácil. Na época eu residia em São Paulo, portanto fui atrás de relatos de viajantes, relatórios oficiais, outros escritos sobre a época. Como já mencionei, me ajudou muitíssimo o acervo recolhido pela Profa. Manuela Carneiro da Cunha, na França, constituído pelos artigos escritos pelo Padre Constantin Tastevin e publicados em francês em revistas científicas e religiosas, pois ele era filólogo e geógrafo. Não que algum desses relatos tenha falado especificamente sobre as mulheres, mas eu precisava mesmo conhecer tudo o que pudesse sobre a região, então fui lendo e fichando tudo que encontrava sobre mulheres e gênero. Em determinados assuntos,

aparecia aqui e ali a figura de uma mulher, ou sua ausência sentida no baile dançado “homem com homem”, na comida feita com tudo misturado, na saudade.

Foi se delineando a partir desta etapa da pesquisa uma periodização, bem óbvia para quem conhece a história da região:

1870 – 1912 – O Boom da Borracha

1912-1942 – A crise

1942-1945 – A batalha da borracha

1945-1980s – O Estado protege a borracha

A partir de 1980s – as lutas pelas reservas extrativistas

Fui vendo que à medida que se falava da crise, quando algo escapava às brumas que pareceram encobrir toda a Amazônia nesse período para a historiografia, começava-se a falar de famílias, de agricultura, que mudava alguma coisa. Se não me engano foi Craveiro Costa quem escreveu que a crise tinha feito o que não tinha sido conseguido antes com as políticas do governo e com os esforços das empresas seringalistas: fixar o homem à terra através da família.⁹

Assim eu tinha dois períodos bem delineados, o Boom e a Crise, e um terceiro que não quis abandonar, o período da Batalha da Borracha durante a Segunda Guerra Mundial.

Então fui para o Acre, já no ano de 1995, em busca de outras fontes. O Arquivo Público Estadual em Rio Branco devia ter muitas coisas interessantes, mas naquela época não tinha nenhum catálogo. Em meio a estantes e caixas, eu simplesmente não sabia por onde começar, e não tinha muito tempo em Rio Branco, então não comecei por aí. Na prefeitura de Cruzeiro do Sul me contaram que a documentação municipal era periodicamente queimada. Na biblioteca municipal, encontrei alguns exemplares de jornais antigos, que foram bem interessantes. Através deles reconheci nomes da elite de Cruzeiro do Sul, que depois encontrei na bibliografia e em processos judiciais. Como em outra pesquisa eu já tinha trabalhado com processos judiciais, fui procurar o Fórum. Este foi um grande achado. Todos os processos estavam lá, em fardos separados por ano, desde 1904 até o momento da pesquisa, empilhados em uma salinha. Tive, é claro, que pedir autorização para a Juíza, que a concedeu graciosamente. Só não podia entrar de bermuda no fórum: saia ou calça comprida. Contratei uma estudante do curso de Letras da Universidade Federal do Acre, a

incansável Maria Elizabeth Jardim Pereira Dene, para me ajudar na pesquisa, que foi extremamente dedicada, sem ela eu não teria conseguido. Fichamos tudo que fazia menção a mulheres: processos criminais e civis (inventários, testamentos, execuções fiscais, etc.) e autorizações de casamentos. Depois de pronto o levantamento, já nos anos de 1996 e 1997, com ajuda de outras estudantes, agora de Florianópolis, Fabiana Cormelatto e Ana Cláudia Delfini, digitamos todas as fichas em banco de dados: são mais ou menos 3500 registros.

Finalmente, o que considero que foi o principal: História Oral. Principal não pela quantidade de informações, mas pelo contato que me proporcionou com as pessoas da Floresta e da Cidade. Fiz dois tipos de entrevistas:

1. Entrevistei pessoas na cidade de Cruzeiro do Sul. Elas me fizeram entender melhor como era a elite da borracha e como se davam as relações de gênero nesta elite. Também me sugeriram fontes e relatos, fotografias entre outros. Uma senhora guardava em sua casa todo um acervo do Jornal... Pois era a filha do editor, mas não pude explorar condignamente o arquivo. Percebi também aí, como nos processos, os vínculos importantes entre cidade e seringal.
2. Entrevistei cerca de 20 pessoas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, onde residi pela maior parte do ano de 1995. Ouvi as histórias de vida de mulheres e homens e perguntei o que as fontes indicavam, mas nem sempre esclareciam. Percebi um discurso sobre o passado que variava muito em função das questões que estava se vivendo em 1995. Naquele ano a borracha estava extremamente desvalorizada e praticamente não havia investimentos, seja de caráter privado, nacional, estadual e muito menos municipal, em nada: negócios, saúde, educação. As pessoas estavam se sentindo novamente abandonadas, revivendo a crise dos anos 1920.

Mas o fundamental foi conviver naquele lugar, mesmo em outro tempo. Desde então venho defendendo uma perspectiva mais etnográfica da pesquisa histórica, o que a história oral permite e propicia. É diferente falar de uma casa de Paxiúba (uma palmeira que constitui o principal material das casas de muitos seringueiros) depois de ter dormido em uma, de ter sentado no chão para dividir a farinha e o caldo

de peixe ou caça com as pessoas da casa, à luz de lamparina. É diferente compreender a distância entre Cruzeiro do Sul e a Restauração, depois de ter ido de canoa, como rio meio seco, tendo que subir as cachoeiras a pé ou empurrando a canoa. (E isso que agora temos canoa a motor, imagine quando era só a remo!). É diferente pensar na crise e no abandono das colocações¹⁰ depois de, em meio a uma Variação (uma caminhada entre um rio e outro, neste caso levamos 5 dias entre as cabeceiras do Rio Tejo e o Rio São João, afluentes do Juruá) chegar em uma colocação abandonada em que não se pode contar com a calorosa hospitalidade que quem anda na floresta aprende a prezar e amar. É diferente pensar naqueles seringueiros que muitas vezes ficavam solitários na floresta, depois de enfrentar uma febre, uma dor de barriga, ou de ver rastros de onça na beira do rio. Mesmo que de forma breve, se pensarmos no tempo de uma vida, o tempo de um ano que passei na floresta foi um compartilhamento que permitiu outras compreensões, como os/as antropólogos/as estão cansados de nos ensinar. Ao mesmo tempo, o estranhamento, o relativismo e a perspectiva histórica não podem ser abandonados. A interpretação histórica pode ser pensada como uma fusão de horizontes¹¹ e essa fica muito mais palpável com estas convivências na pesquisa.

De primeiro...

Onde hoje se localiza a Reserva Extrativista (RESEX) do Alto Juruá, no extremo Oeste do Brasil, há cem anos atrás era território indígena. Grupos de língua Pano e Aruaque viviam por lá, e vez por outra trocavam com os brancos que se aventuravam até próximo da fronteira atual entre os estados do Amazonas e do Acre, cacau [*Theobroma cacao* L. e o *Theobroma leiocarpa* Bern.], óleo de copaíba [*Copaifera langsdorffii* Desf.], borracha [*Hévea Brasiliensis*], manteiga de ovos de tartaruga (tracajá) [*Podocnemis unifilis*], salsaparrilha [*Smilax officinalis*], “escravos” (índios geralmente obtidos em guerras intertribais), por miçangas, espelhos, facas e utensílios de metal, e outras mercadorias. O viajante William Chandless, que explorou a região em 1867, chegando até a Foz do Liberdade, comenta que: “Cacau, óleo de copaíba e salsaparrilha são os principais produtos naturais e parecem ser abundantes; durante os últimos anos, entretanto, a borracha também tem sido procurada”¹² Já o

Padre Tastevin, em suas pesquisas sobre os grupos indígenas do Juruá se refere a um relato do século XVIII que localizava no Juruá a origem dos escravos indígenas das vilas do Solimões.¹³

A partir de 1870, entretanto, esta situação começa a mudar radicalmente com a transferência de milhares de nordestinos para a região amazônica em busca da borracha que se valorizava no mercado internacional, e que lá era muito abundante, tal como já notara Chandless alguns anos antes, aliás, em missão para o governo brasileiro, provavelmente interessado em saber das potencialidades da área. Foi como contou o Sr. Pedro Ribeiro, descendente destes nordestinos que vivia na RESEX em 1995:

“Que antigamente, no tempo que vinha cearense, os primeiros que vieram pra cá, que o governo exportou, dava o nome de brabo, agora de quarenta pra cá é que começou outro apelido de arigó. Mas os premeros, nossos pais se dava o nome de brabo aos cearenses, que eles chegavam aqui e não conheciam nada. O governo exportou muita gente pra cá pro Acre. De navio de vim de mil pessoa. Agora eu não alcancei, que eu já sou filho dessa gente”.¹⁴

Mas quem vinha do Ceará eram principalmente os homens. De fato, poucas mulheres acompanhavam os maridos a lugares tão distantes como o Alto Juruá, as famílias que fugiam juntas da seca e da miséria do sertão nordestino costumavam ficar em lugares mais próximos de Manaus ou de outra cidade. Dona Maria Genoca conta aquilo que ouviu de seu marido já falecido:

“Ele contava que não tinha não, ele disse que quando ele veio do Ceará, rapaz novinho, o pessoal vinha do Ceará pra cá num sabe, mas só vinham os solteiros, não trazia mulher, aí diz ele que tinha três mulher aqui só, e era tudo casada, aí diz ele que aprendeu a dançar com os homem (risos), ele disse que ajuntava, faziam festa ali no barracão do Maranguape, animado, tinha uns que dançava a semana inteirinha, [...] e diz ele que nunca houve uma briga de nada e que era uma

frasqueira de cachaça assim ali no canto da casa e um pé de Jararaca que chamavam, num sabe, diz ele que o caneco, o copo assim na boca da frasqueira, era bebendo e dançando e música doida e aí o pé comendo, ele disse que aprendeu a dançar com os homem, aí ele dançava muito bem”.¹⁵

Entretanto elas não eram tão poucas assim, se considerarmos também a cidade. As mulheres perfaziam aproximadamente 25% da população não indígena do Alto Juruá, na época da implantação do Território Federal, tal como relatou o coronel Thaumaturgo de Azevedo, primeiro prefeito do departamento do Alto Juruá em 1904.

Estes primeiros cearenses vinham com a intenção de fazer seu “pé de meia” e voltar para sua terra. Mas muitos ficaram, seja por vontade própria ou pelas dívidas que contraíam com os patrões e que não conseguiam saldar. Muitos morreram e não puderam voltar, como disse Seu Pedro Ribeiro: “Os que vieram premeiro, os cearenses que vieram, voltou algum. A maior parte tá aí nessa mata, morto. Muito matavam, e era assim”. Morriam de “sezão”, de doenças variadas, de desnutrição por causa dos alimentos velhos fornecidos pelos patrões, morriam também nas lutas contra os índios e ainda, o Seu Pedro menciona que alguns patrões chegavam a mandar matar aqueles seringueiros que se revoltavam, ou que exigiam receber seu saldo para irem embora.¹⁶

Estes seringueiros que ficavam não iam se conformar em viver a vida inteira, solteiros. Era comum que, no período de chuvas, aqueles que conseguiam algum saldo fossem para as cidades em busca de divertimento nos bordéis ou de tratamento para suas doenças. Alguns patrões, entretanto, levavam prostitutas para os próprios seringais para evitar que os seringueiros fossem embora e não voltassem mais.¹⁷ Mas aos poucos os seringueiros foram formando suas famílias. As mulheres eram as filhas daqueles que desde o início foram acompanhados pelas esposas, muitas vezes meninas ainda muito novas; eram mulheres que se encomendava ao patrão que as iam buscar em Manaus ou Belém, muitas vezes prostitutas que procuravam outras alternativas de vida; e ainda, na região era muito comum o casamento com mulheres índias, trazidas de suas aldeias contra a vontade, através de expedições de matança chamadas de correrias, em que se matava quase todo mundo, menos as mulheres jovens.

Aparentemente essas mulheres eram mercadorias, vendidas, trocadas, tomadas ainda crianças. Dona Maria Genoca conta:

“De primeiro bichinha, de primeiro as moças se casava, as meninas se casava, fazia os peitos de lenço... É neguinha, fazia os peitinho de lenço pra casá...[...] Porque não havia mulher [...] Dizem porque era que não havia mulher, eu não alcancei esse tempo não”.¹⁸

Porém através de processos judiciais, entrevistas e outras fontes de pesquisa podemos saber que não era bem assim.¹⁹ Que embora até pudessem ser vistas por alguns como mercadorias, as mulheres, dentro das possibilidades colocadas para elas naquele contexto histórico-cultural, tomavam também suas decisões, resistiam à violência, escolhiam seus parceiros e improvisavam sua sobrevivência numa situação em que seu trabalho não parecia ter valor algum.

Através dos processos criminais ficamos sabendo de muitos casos em que as mulheres abandonavam seus maridos ou companheiros em razão dos maus tratos a que eram submetidas. Muitas vezes, estes companheiros reagiam com violência, matando ou tentando matar a mulher e seu possível novo companheiro, mas às vezes não havia este tipo de reação. Ainda hoje é muito comum que os casais procurem novos parceiros depois de alguns anos se não se dão muito bem, na área do Alto Juruá, sendo os casamentos vistos como arranjos temporários que podem durar para sempre, mas que também podem ser rompidos com bastante facilidade.

Uma das entrevistadas por ocasião da pesquisa em 1995, a Dona Raimunda, por exemplo, teve quatro companheiros, ao longo de sua vida, tendo se casado legalmente com dois deles e tendo tido filhos de todos.²⁰ Nas outras entrevistas então feitas, na RESEX do Alto Juruá e em Cruzeiro do Sul, este padrão pareceu se confirmar, as mulheres escolhendo deixar os maridos que eram “ruins” para elas e ficando com aqueles a quem tinham “amizade”. Por sua vez, os homens também deixam as mulheres e “juntam-se” a outras.

A crise...

A improvisação de grupos familiares acentuou-se ainda mais com a crise do preço da borracha no mercado mundial, a partir de 1912, e, mais intensamente, nas décadas de 1920 e 1930. Com o preço em franca decadência, os seringueiros não podiam mais alimentar os sonhos de voltar para o Nordeste, ricos. Muitos abandonaram os seringais em direção às cidades amazônicas e a suas terras natais. Muitos, porém, amarrados às dívidas com os patrões, ou tendo já constituído famílias na região, ou ainda na esperança que os preços voltassem a subir, permaneceram nos seringais, cortando e procurando novas formas de subsistência.

Para sobreviver nos seringais em crise, foram necessárias grandes transformações. Se antes os seringueiros viviam basicamente da troca da borracha produzida pelas mercadorias vendidas pelos patrões, eventualmente de alguma caça e pesca; agora a agricultura, a caça, a pesca, a criação de pequenos animais, o artesanato e a extração de outros produtos florestais tais como madeiras nobres, peles de animais, óleos vegetais, entre outros, passavam a ser atividades fundamentais para a sobrevivência. E um seringueiro sozinho não conseguiria praticar tantas atividades simultaneamente. É o que esclarece o sempre atento Padre Tastevin, em um dos relatos de suas viagens pelos seringais do Juruá na década de 1920.

“A vida não é boa aqui senão para as famílias numerosas, aquelas em que enquanto os rapazes vão colher a goma nativa, o pai vai à pesca, a mãe e as filhas aos cultivos, à lavagem de roupas, à costura. Mas infeliz do homem isolado, sobretudo se ele vem a cair doente: sua vida não é mais que um longo martírio. Infeliz também daquele cuja família é muito pequena para vir em seu auxílio: ela não faz mais que aumentar sua carga”.²¹

As mulheres e crianças passaram a ter nesse momento uma importância muito grande. Os próprios patrões passaram a incentivar a união de seringueiros a mulheres na intenção de fixá-los aos seringais. Seria difícil manter por mais tempo os seringais como “fábricas de borracha”, em que operários dedicavam-se integralmente à tarefa de

produzir o látex tão valioso no contexto do mercado nacional e internacional.

Foi nas “artes de fazer”, inventadas no novo cotidiano, que os seringueiros elaboraram suas estratégias de sobrevivência.²² Esta sobrevivência, porém, não podia pautar-se no mesmo tipo de relação com o meio ambiente que a sociedade ocidental tem imposto ao “mundo civilizado”,²³ era preciso que a floresta se mantivesse em pé para que a principal mercadoria, aquela que ligava o seringueiro ao mercado e à civilização, pudesse continuar a ser extraída. Portanto era preciso aprender com os povos que ali viviam há séculos, como os caboclos ribeirinhos, ou há milênios, como os índios.

Isto não fez com que brancos e índios passassem a ter convivência pacífica, embora neste período muitos patrões na região tenham recorrido à mão de obra indígena para seus seringais, conforme demonstra, por exemplo, a experiência dos Kaxinawá do rio Jordão.²⁴ Mas, é inegável que foi com os índios, e talvez até principalmente com as índias que, capturadas, acabavam por se integrar à vida do seringal, que os seringueiros aprenderam táticas de caça e pesca, o uso de espécies vegetais e animais variadas, e até técnicas agrícolas adaptadas ao meio.

Nesta nova “arte de fazer” o cotidiano, as mulheres não se restringiam às tarefas que a historiografia, a literatura e a própria memória local tem lhes designado. Conforme mostra Lígia Simonian em seu pioneiro trabalho sobre as mulheres seringueiras da Amazônia brasileira²⁵ e, também, como pude constatar em meu próprio trabalho de campo, as mulheres cortavam e ainda cortam seringa, caçavam e ainda caçam, e muitas vezes tem que derrubar a mata ou a capoeira para plantar seus roçados, trabalhos tidos como essencialmente masculinos por exigirem força, habilidade, uso de armas de fogo e que aquele ou aquela que o faz embrenha-se na mata, muitas vezes sozinho e ainda no escuro da noite ou da madrugada. Além disso, as mulheres não deixam de realizar as tarefas domésticas, embora as crianças ajudem bastante, que inclui carregar água, conseguir lenha, cozinhar, limpar peixes e caça. A agricultura e a manufatura de farinha também são atividades realizadas por mulheres, em conjunto com os homens e crianças.

Muitas vezes há uma certa divisão de tarefas entre um casal. Dona Aci, por exemplo me contou que seu marido cortava seringa, mas quem cuidava dos roçados era ela: “É, eu dava a vida pra trabalhar, eu deixei de

trabalhar no roçado faz um ano, eu é que zelava, peguei um puxado, aí deixei de trabalhar no roçado. O sol que judiava muito. Plantava roça, plantava milho. Meu marido ia só mesmo pra brocar e derrubar, eu que cuidava”. Entretanto, quando solteira, Dona Aci também cortava seringa: “Quando eu tava solteira, que o meu pai era um homem doente... E irmão eu só tinha um. Aí eu ia com ele, às vezes ele andava por uma estrada e eu saía pela outra. Cortava”.²⁶

No caso, porém, de uma mulher que tivesse o marido doente e filhos pequenos, ou que ficasse viúva, como Dona Calô e Dona Antônia que também tive a oportunidade de entrevistar, eram elas que tinham que arcar com todo o trabalho:

“Onde eu tô morando. Nós chegamos dia 31 de dezembro, novembro, quando foi dia 16 de agosto ele morreu. Não passou nem um ano ali. [...] Só com os meninos mesmo, já tinha morrido dois, três. Fiquei com as três meninas e os quatro meninos. O Miare já era grande. O resto tudo era miudinho, só tinha grande só a Júlia e o Miare. Isso eu sofri muito, eu cortava seringa, eu fazia tudo. Cortava. Plantava roçado, encoivarava, derrubava”.²⁷

Ao longo do trabalho de campo feito na Reserva Extrativista do Alto Juruá, percebi que as mulheres procuravam “desculpas” para o fato de terem cortado seringa em alguma época de suas vidas, ou para caçarem, colocarem roçados e outros trabalhos considerados “masculinos”. Precisamente, era como se isso as “desonrasse”, ou a seus maridos. Exceção a este comportamento foi a entrevista com Dona Raimunda Gomes da Conceição, em que ela disse ter cortado seringa por muito tempo. Ela inclusive tinha uma conta separada da do marido com o patrão, e usava seu saldo para comprar roupas, redes e outros utensílios para si e para seus filhos.²⁸

Novos tempos...

A “Batalha da Borracha”, que deslocou milhares de nordestinos, novamente, em direção à Amazônia na tentativa de prover os Estados Unidos e os “Aliados” da necessária borracha no esforço de guerra da

Segunda Guerra Mundial, trouxe um novo personagem para o cenário do seringal: o Estado, através de seus financiamentos e regulamentos.²⁹

Com o apoio estatal à produção e comercialização da borracha, os seringalistas recuperaram em parte seu prestígio, voltando, pelo menos na área do Alto Juruá, a cobrar renda das estradas e a manter certo monopólio sobre a comercialização da borracha produzida no interior de “seus” seringais. Entretanto nem patrões e nem seringueiros puderam prescindir das lições aprendidas no momento agudo da crise e entregarem-se novamente de corpo e alma à borracha. A agricultura, a coleta variada de produtos florestais, entre outras atividades vieram para ficar. A dedicação dos seringueiros passou a oscilar com o preço da borracha. Em anos de preço baixo, se dedicam mais à agricultura, muitas vezes mudando de colocação para uma mais perto da margem. Em anos em que o preço da borracha parece compensar, aumentam os dias e as estradas de corte, deixando de lado roçados para produzir excedentes e, muitas vezes, mudam em direção aos centros, onde as árvores já “descansadas” produzem látex em maior quantidade.

Indígenas e Violência: outras temáticas

Na leitura das fontes, na convivência, na literatura, dois temas relativos ao gênero me chamaram muita atenção: a relação entre seringueiros e índias e a questão da violência nesta sociedade. A primeira temática decorre do meu exercício de desconstrução e reconstrução do sujeito mulher/mulheres, pois a partir do momento em que índias são vistas como mulheres pela historiografia, em primeiro lugar, não se pode mais dizer que não havia mulheres nos primeiros tempos da chegada dos seringueiros no Acre, ou como eles dizem “de primeiro”. Mas também decorre de muitas histórias, historietas, tradição oral. Ao ouvir as palavras do Seu João Cunha de que “as índias saíam da mata assim, ó, amarradas e com um pau na boca, pra não morder...”³⁰ Ou a história da mãe de D. Mariana, filha de uma menina índia que foi “pega na mata” por um seringueiro, criada na casa do patrão e sua esposa até que “ficasse mocinha”, entregue a esse seringueiro, que “judiava dela”, e que toma sua vida em suas mãos, fugindo desse homem, se estabelecendo como curandeira e parteira, tendo outro companheiro e criando uma rede de compadrio (ou melhor comadrio...)³¹ Não se pode mais pensar numa relação simplesmente entre um homem e uma mulher,

como se nada além do gênero estruturasse esta relação. Aliás, o gênero como ensinava Joan Scott, já nos anos 1990,³² é sempre relacional, não somente na relação entre masculino e feminino, mas como componente de um complexo conjunto de relações sociais. As hierarquias se fundam nesta rede complexa, mas por outro lado elas não são absolutas. E agência é uma categoria que eu não usava na época, uma palavra que faltou para explicar o que, por outro lado, eu já via naquela situação. Uma vez soltas as mãos, a boca livre daquele pedaço de pau, as mulheres indígenas aprendiam a construir novas relações, e, mesmo marcadas pelas diversas hierarquias sociais, numa sociedade em que ser “caboclo” era o grau mais baixo da hierarquia, como explica Wagley,³³ aprendiam a usar táticas, como diria Michel de Certeau, na invenção desse novo cotidiano. A construção de redes de parentesco e compadrio/comadrio, o uso da idéia de que as índias conheciam as plantas da floresta e sabiam curar, que eram boas parteiras, a coragem de fugir ou enfrentar às vezes, e de muitas vezes se submeter, foram táticas de sobrevivência e de criação de um cotidiano nem sempre marcado só pela violência, mas também por risos, amizades, amores, família, histórias contadas a noite, comidas compartilhadas, festas, tristezas, doenças, solidariedade, vida.

Quando voltei para Florianópolis, após o doutorado, iniciei uma nova pesquisa sobre esta mesma questão, em Santa Catarina, com final do século XIX e início do XX. Esta relação entre índias e brancos, e às vezes também de brancas e índios, não é exclusiva da Amazônia. No Brasil inteiro a relação entre homens brancos e mulheres indígenas é uma espécie de ícone histórico, que pode ser lido de várias maneiras. Um “gosto” por mulheres exóticas herdado dos portugueses, segundo Gilberto Freyre, ou mesmo uma relação que junta hierarquias de gênero e étnicas, num jogo de resistência e sobrevivência por parte destas índias e seus descendentes.³⁴

A questão da violência foi algo que me instigou desde o início da pesquisa. Tendo lido Euclides da Cunha e Alfredo Rangel,³⁵ a figura do seringueiro espancado por conta de suas dívidas ou porque tentava fugir do regime de servidão por dívidas era muito forte. Os processos criminais me fizeram ver outros aspectos da violência: homicídios, muitos envolvendo a “honra”; crimes sexuais—estupros, defloramentos, incestos; mulheres que também agrediam; seringueiros que se revoltavam e matavam ou feriam patrões e/ou encarregados. A violência não se dava

em mão única, não estava estabelecida em um tipo de relação do padrão para o seringueiro, por exemplo. Ela circulava entre as relações, uma espécie de linguagem que muitos usavam e assumia diversas formas. Mas o que pude identificar é que ela quase sempre tinha também um caráter de gênero, especialmente vinculada à masculinidade. Minha orientanda de doutorado, Tânia Zimmermann, que defendeu uma tese sobre violência e gênero nos jornais do Oeste do Paraná,³⁶ pesquisou a origem da palavra violência. Segundo os autores que ela pesquisou, o radical latino *vis*, que dá origem à palavra violência é o mesmo que originou o termo viril, e tem como significado o órgão sexual masculino, o pênis. A linguagem da violência, portanto, tem gênero, número e grau. E o gênero é viril, masculino, mesmo quando a violência é praticada por mulheres. Esta é uma questão de gênero, não de sexo.

Tantas histórias

A história das mulheres da floresta merece muito mais livros, muito mais textos, muito mais narrativas. Nesses 11 anos, desde que publiquei o livro, é claro que muita coisa já foi escrita, sobre várias partes da Amazônia, sobre seringueiras, índias, ribeirinhas, mulheres das cidades, quebradeiras de coco, castanheiras, pescadoras, suas histórias e sua vida atual. Mas ainda resta muito o que contar, analisar e interpretar.

Em um tempo em que a Amazônia é vista pelo mundo a um só tempo como uma possibilidade de salvação e uma ameaça, aos historiadores e historiadoras cabe contar e preservar na história o que a memória dos diversos povos da floresta ainda tem para narrar e inventar. A salvação e a ameaça estão ambas na corda bamba da constante e implacável destruição de conhecimentos, biodiversidades, histórias. Um não sobrevivem sem as outras, e, portanto, cabe continuar esse trabalho, que não pode ser feito só de dentro dos arquivos. Mas talvez aqueles que se aventuraram ou sempre viveram na Amazônia, possam agora entrar nos arquivos com seu olhar armado com o cheiro de manga, graviola, castanha, com sua pele refrescada pelo banho de igarapé, e quente do sol, e picada de mosquito, e interpretar os dados ali estocados de outras maneiras, para contar essas outras tantas histórias.

Artigo recebido em junho de 2011

Aprovado em agosto de 2011

NOTAS

* Professora do Departamento de História da *Universidade Federal de Santa Catarina*.

¹ WOLFF, Cristina. *Mulheres da Floresta: uma história*. Alto Juruá, AC, 1890-1945. São Paulo: Hucitec, 1999.

² Os vídeos estão em Chimamanda Adichie:

O perigo de uma história
<http://www.youtube.com/watch?v=06mbjTEsD58&feature=related> parte 1
<http://www.youtube.com/watch?v=SZuJ5O0p1Nc&feature=related> parte 2
consultados em 24/02/2011.

³ SOUZA, Márcio. *Galvez imperador do Acre*. Rio de Janeiro: Editora Brasília/Rio, 1978.

⁴ Tratava-se do projeto de Pesquisa e Monitoramento da Reserva Extrativista do Alto Juruá, coordenado pelos Profs. Maria Manuela Carneiro da Cunha (USP), Mauro William Barbosa de Almeida (UNICAMP) e Keith Brown (UNICAMP) e financiado pela Fundação John D. e Catherine T. Mac Arthur, para o período de 1993 a 1996.

⁵ SCOTT, Joan. “Experiência”. In: SILVA, Alcione da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, pp. 21-55.

⁶ LEITE, Miriam L. Moreira (org). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec, 1984.

⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no séc. XIX*. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁸ NICHOLSON, Linda. “Interpretando o Gênero”. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH, UFSC, vol. 8, n. 2, 2º semestre de 2000, pp. 9-40.

⁹ COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental*. 2ª Edição. São Paulo/Brasília: Nacional/INL, 1973.

¹⁰ Colocação é como é chamado o território do seringueiro que é constituído da casa, as estradas de seringa, os roçados e eventualmente território de caça.

¹¹ GADAMER, Hans Georg. *Verdad y metodo*. Fundamentos de una hermenéutica filosófica. 4ª Edição. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1991, p. 553.

¹² “Cocoa (cacao), copaiba oil, and sarsaparilla, are the chief natural products sought, and seem abundant; within the last few years, however, india-rubber also has been procured”. CHANDLESS, William. “Notes of a journey up the River Juruá”. *The journal of the Royal Geographical Society*, 39, pp. 296-311, 1869, p. 297 (Tradução livre).

- ¹³ TASTEVIN, Constant. «Quelques considerations sur les indien du Juruá». *Bulletin et memoires de la Societé d'Antrhopologie de Paris*, pp. 144-154, Séance du 6 novembre 1919, p. 145.
- ¹⁴ Entrevista de Pedro Ribeiro dos Santos. Concedida a Cristina Scheibe Wolff, realizada na Foz do Tejo, Marechal Taumaturgo/AC, no dia 28/11/1995.
- ¹⁵ Entrevista de Nilza Maria Nascimento (D. Maria Genoca). Concedida a Cristina Scheibe Wolff, na Restauração, Marechal Taumaturgo/AC, no dia 18/11/1995.
- ¹⁶ Entrevista de Pedro Ribeiro dos Santos. Concedida a Cristina Scheibe Wolff, realizada na Foz do Tejo, Marechal Taumaturgo/AC, no dia 28/11/1995.
- ¹⁷ SIMONIAN, Lígia T. L. “Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado”. In: ALVARES, Maria Luzia Miranda & D’INCAO, Maria Ângela (Orgs). *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM/MuseuGoeldi/CNPq, pp. 97-116, 1995, p. 103; WOORTMANN, Ellen. “Homens de hoje; mulheres de ontem: gênero e memória no seringal”. *Anais*. Goiânia: Instituto Goiano de Pesquisas, UFGO, 20 pp (separata), 1997, p. 11. Apresentado na II Semana de Antropologia – Memória e Identidade.
- ¹⁸ Entrevista de Nilza Maria Nascimento (D. Maria Genoca). Concedida a Cristina Scheibe Wolff, na Restauração, Marechal Taumaturgo/AC, no dia 18/11/1995.
- ¹⁹ Os processos acima referidos foram pesquisados com o auxílio de Maria Elizabeth Jardim Pereira Dene em 1995, no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul. Procedemos ao fichamento de todos os processos que tivessem a participação de mulheres no período entre 1904 e 1945, chegando a 543 processos criminais, 479 processos civis e 1873 processos de habilitação de casamento.
- ²⁰ Entrevista de Raimunda Gomes da Conceição. Concedida a Cristina Scheibe Wolff, na Restauração, Marechal Taumaturgo/AC, em 3/3/1995.
- ²¹ “La vie n’estbonneici que pour les famillesnombreuses, celleoùtandis que les grandsgarçonsvontcueillir la gommenative, le père se livre a la pêche, la mère et les fillesaux cultures, à la blanchisserie, à la couture. Mais malheur à l’homme isolé, surtout s’il vient à tomber malade: sa vie n’est qu’un long martyre. Malheur aussi à celui dont la famille est trop petite pour lui venir en aide: elle ne fait qu’augmenter sa charge”. TASTEVIN, Constant. «Le Haut Tarauaca». *La Geographie*, XLV, pp. 34-54, 1926, p. 43 (Tradução livre).
- ²² CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ²³ GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

- ²⁴ AQUINO, T. T. V. de. & IGLESIAS, M. P. *Kaxinawá do rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado*. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 1994.
- ²⁵ Ver: SIMONIAN, “Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado”; *Ibidem, Mulheres da Floresta Amazônica entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- ²⁶ Entrevista de Francisca Nobre de Melo (D. Aci). Concedida a Cristina Scheibe Wolff, Boa Vista (Rio Tejo), Marechal Taumaturgo/AC, no dia 28/3/1995.
- ²⁷ Entrevista de Calorinda Pereira de Moura (D. Calô). Concedida a Cristina Scheibe Wolff, Foz do Tejo, Marechal Taumaturgo/AC, no dia 14/6/1995. Também cito a entrevista de Antônia Conceição Pereira. Concedida a Cristina Scheibe Wolff, Cruzeiro do Sul/AC, no dia 5/12/1995.
- ²⁸ Entrevista de Raimunda Gomes da Conceição. Concedida a Cristina Scheibe Wolff, na Restauração, Marechal Taumaturgo/AC, em 3/3/1995.
- ²⁹ MARTINELLO, P. “A ‘batalha da borracha’ na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico”. *Cadernos UFAC*. Rio Branco: UFAC, série “C”, n. 1 (1988).
- ³⁰ Entrevistas de João Cunha, Etelvino Farias, e Joaquim Cunha. Concedidas a Cristina Scheibe Wolff, com a participação de Chico Ginu, Antônio Alemão e Antônio Caxixa, na Foz do Tejo, Marechal Taumaturgo/AC, em 15/6/1995.
- ³¹ Entrevista de Maria Feitosa do Nascimento (D. Mariana). Concedida a Cristina Scheibe Wolff, com a participação de Milton Gomes da Conceição, Silene e Ruy Ávila Wolff, na Foz do Machadinho, Marechal Taumaturgo/AC, em 14/11/1995.
- ³² SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995, pp. 71–99.
- ³³ WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. 3ª Edição. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1988, p. 121.
- ³⁴ WOLFF, Cristina S. “Índias e Brancos no Sul do Brasil - reflexões sobre a memória e a construção de identidades”. In: LEITE, Renato Lopes (Org.). *Cultura e Poder: Portugal - Brasil no século XX*. Curitiba: Juruá, 2003, pp. 37-51.
- ³⁵ CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*. Ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994; RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. Scenas e cenários do Amazonas. Gênova: Cliche Clluloide Bacigalupi, 1908.
- ³⁶ ZIMMERMANN, Tânia Regina. *Violência e Gênero em Notícias no Oeste Paranaense (1960-1990)*. Florianópolis: Tese de Doutorado em História, UFSC, 2010, p. 29. Disponível em <http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0373-T.pdf>